

# A Colegialidade Episcopal e o Reino de Deus

Pregar Cristo, Cristo crucificado e ressuscitado: pregar aquilo que Cristo pregou, o Reino de Deus e a sua Justiça. É esta fundamentalmente a dúplice missão da Igreja, de não diversa necessidade e obrigação; mas se fosse possível estabelecer uma prioridade de ordem, de urgência ou de oportunidade em cada tempo, por qual optar?

Sem tentar por agora responder a esta pergunta, nem mesmo procurar justificar a sua possibilidade ou pertinência, orientaria as minhas presentes considerações principalmente para a segunda.

Se tomarmos os Evangelhos sinópticos, temos a impressão de que aí a realidade ontológica de Jesus, sob o ângulo do que chamamos natureza e pessoa, é como que deixada à margem da Filiação própria e específica de Deus, bem como a própria qualidade messiânica, firmemente afirmada quando necessário, é ocultada do conhecimento geral e mandada calar até à véspera da Paixão.

## **Pregar o Pregador do Reino**

Mas já o Evangelista João sente a necessidade de explicitar a fé na Pessoa e enuncia assim a doutrina do Verbo e enuncia consequentemente a teologia trinitária. Paulo, Apóstolo das Gentes, prega só Cristo e Cristo crucificado, mas como Sabedoria de Deus e revelação do mistério escondido desde todos os séculos em Deus, aparecendo na forma de servo, à maneira de esvaziamento ou *Kénosis* da divindade, mas sem deixar de possuir esta totalmente.

A Igreja post-apostólica, sob o impacto dos filosofemas da cultura helénica e consequentes heresias cristológicas, sente a necessidade de explicitar a doutrina evangélica e de a pôr em termos acessíveis às mentalidades a converter e de resposta aos fáceis naturalismos e mitologismos das culturas reinantes. Foi essa a obra dos primeiros concílios, realizados no Oriente cristão, desde Niceia a Calce-

dónia, a situarem Jesus Cristo entre a pura natureza e o mito livre, extralimitações duma religiosidade que S. Paulo denunciara no Areópago de Atenas ou que a legenda atribuía ao imperador Tibério ao querer colocar Jesus Cristo no Panteon de todos os deuses.

Calcedónia era sem dúvida um ponto de chegada na definição cristológica, mas nada impedia que fosse um ponto de partida na reflexão teológica, na mundividência cristã e na vivência religiosa. Realizado o substancial da evolução dogmática sobre Jesus Cristo, havia que traduzir na inteligência da fé e no agir cristão toda a fecundidade da Cristologia definida. Se assim aconteceu bastante, e pensemos principalmente na investigação e ensino teológicos na área escolar ou doutrinal, não será fácil responder.

No nosso tempo e precisamente nessa área, há tendência para chamar essa pergunta ao terreno da controvérsia. Não falta quem, sob a especiosa razão de que até agora se tem tratado do Cristo Deus perfeito — *perfectus deus* — se proponha tratar preferentemente do Cristo homem perfeito — *perfectus homo* — preferentemente e depois talvez exclusivamente. Talvez sob o pretexto duma pedagogia progressiva da fé para os descrentes, duma *manuductio* do homem contemporâneo até Cristo, se chegue a apresentar um Cristo sem o Verbo, Cristo sem mistério, praticamente um Cristo sem a Trindade, um Cristo sem Deus.

Seja qual for a boa intenção, o certo é que basta apenas mais um passo para chegar ao «cristianismo ateu», que é o próprio «ateísmo cristão». E esse passo tem sido dado. «Deus morreu em Cristo», preciosa e preciosista expressão que abre o caminho a todas as interpretações cristológicas até um puro humanismo cristológico, que na interpretação vulgar e mais óbvia será o cristianismo ateu. Por isso, hoje como sempre e talvez mais que nunca, precisa a Igreja de pregar a Cristo no mistério infinito de Deus, um Cristo na perfeita Humanidade mas não menos na Santíssima Trindade.

Sob este aspecto é significativo e impressionante dum tempo religioso-cultural, ver um grande teólogo como Karl Rahner, ao aproximar-se o termo duma trajectória magistral sumamente empenhada e responsável — e não menos lúcida e luminosa — empenhar-se de novo e globalmente na teologia fundamental dum «Curso sobre a Fé», que é uma introdução ao conceito de cristianismo (e invocando expressamente a palavra de Hegel sobre a necessidade do «esforço do conceito», no caso vertente para se chegar ao limiar da Cristologia). Pois nesta sùmula teológica de introdução ao con-

ceito de cristianismo, visando decerto a necessidade de vedar o campo às irrupções do «cristianismo ateu» a figura e missão de Cristo aparece no seu lugar que é bastante tarde. Dividindo esse Curso, como correspondência aos capítulos da ordinária distribuição de matérias, em graus ou degraus duma escala ascendente, Jesus Cristo só aparece para além do meio: sendo ao todo nove, Ele ocupa o sexto grau.

Curioso e digno de registo numa carreira científica é que põe como primeiro degrau desta ascensão doutrinal a consideração antropológica do «O Ouvinte da Mensagem», que foi precisamente o tema do seu primeiro grande estudo teológico, «O Ouvinte da Palavra» (que talvez fosse na sua mente a sua tese de doutoramento em Teologia, mas que substituiu por outra, de conteúdo histórico e positivo, para não se ver «reprovado» pelos doutores de então, como acontecera com a sua tese de doutoramento em Filosofia, que era o alto e profundo estudo «O Espírito no Mundo»).

Posto assim o primeiro degrau da relação do Homem com Deus que fala, continua o autor com os graus desta escala antropológico-teológica, através do discurso sobre o Homem perante o Mistério absoluto, o Homem como Ser radicalmente ameaçado pela Culpa, como Acontecimento da comunicação livre e indulgente de Deus mesmo e sobre a história da Salvação e Revelação, até desembocar na figura de Jesus Cristo como expressão final e definitiva da autocomunicação de Deus ao Homem e como assunção essencial e irreversível da Humanidade e da História numa Natureza humana.

Posto isto, só faltava considerar, desde o sétimo ao nono grau, o Cristianismo como Igreja e algumas consequências eclesiais desta identificação para terminar na Escatologia, propondo finalmente em epítome aquilo de cuja necessidade várias vezes tinha falado, três fórmulas breves da expressão da fé para o nosso tempo.

Perdoe-se-me que assim me tenha demorado a pôr em relevo a atitude do insigne teólogo que achou ser seu dever e cumpriu tão brilhantemente o dever de, nestes tempos em que alguns outros se deixam talvez seduzir mais ou menos pelos europeus duma Cristologia sem a SS.ma Trindade, se não mesmo duma pseudo-teologia da morte de Deus em Cristo, pôr o mistério de Cristo no centro da Teologia cristã. É esse aliás o caminho do Concílio, isto é, da Igreja do nosso tempo.

Mas se a Igreja tem de pregar, hoje como sempre e mais que nunca a realidade teândrica de Cristo no mistério trinitário, não é

menos verdade que essa missão e obrigação, longe de afastar da missão e obrigação de pregar aquilo que Cristo pregou, isto é, o Reino de Deus, e isto para o nosso tempo, antes as confirmam.

Devemos começar por reconhecer que foi sempre difícil e hoje, passados vinte séculos de história cristã, ainda o é compreender em todas as suas dimensões o que se deve assumir como conteúdo da pregação do Reino de Deus.

### «Parábola» multiseccular do Reino de Deus

Como entender-se o que é o Reino de Deus não foi fácil no princípio; e não é fácil hoje, passados que são vinte séculos de história cristã.

Jesus pregou o Reino às turbas em parábolas, para que vendo não vejam e ouvindo não entendam; aos Apóstolos dizia tudo «abertamente», e no entanto... Nas vésperas da Paixão os Apóstolos perguntam ainda se tinha chegado a hora de restaurar «o reino de Israel». Depois do Pentecostes os Apóstolos pregam a fé no Ressuscitado e no seu Reino; mas essa fé é ouvida por muitos e muitos como uma nova forma de anúncio do messianismo judaico, como a próxima descida em glória do triunfador da morte, como a *parousia* do Rei imortal dos séculos. A pregação apostólica, apesar de lembrar a palavra do Mestre de que os tempos e momentos do Reino eram da disposição e conhecimento exclusivo do Pai e de que mil anos diante de Deus são como o dia de ontem que já passou, não conseguiam evitar uma atmosfera adventista que dominava muitos, a ponto do Apóstolo Paulo ter de repreender aqueles dos seus discípulos que abandonavam as obrigações do quotidiano, na expectativa do fim deste mundo e do início dum reino glorioso, mais ou menos triunfalista e temporal.

Que admira se ainda hoje, sobre uma história multiseccular de anúncios e desilusões, marginais ao cristianismo autêntico, ainda várias seitas que se dizem cristãs voltam sempre e de novo a procurar a base do seu aliciamento no anúncio do próximo fim deste mundo?

### Jesus de Nazaré — Homem livre e libertador

Interrogando o Evangelho sobre este ponto central e global da novidade da sua Notícia, parece que encontraremos certa definição do Reino *quoad nos* num complexo de notas que poderemos consi-

derar negativas e positivas, umas e outras tomadas no ensinamento e nas atitudes de Cristo. As primeiras dirão o que o Reino de Deus não é, para sob esta clarificação do terreno se poder abordar positivamente o seu sentido e conteúdo.

O acontecimento histórico de Jesus de Nazaré a um observador neutro da Galileia ou Judeia, das regiões limítrofes ou mesmo de Roma devia aparecer como um fenómeno inverosímil e incomensurável com as dimensões da história. Um homem de meia idade, celibatário, sem quaisquer antecedentes conhecidos, judeu piedoso decerto e honesto trabalhador, vivendo com sua mãe numa aldeia pouco conhecida, aparece na sinagoga e começa a falar. Fala primeiro na sinagoga mas logo a seguir nos caminhos e nas praças, na montanha e no lago. E o discurso das suas palavras, bem como o da sua vida, fixa-se no concreto do judaísmo. Alvos dos seus juízos de valor são o sabbatismo e a sacralização do templo de Jerusalém, o legalismo e o mosaísmo esclerosado, a pureza e impureza alimentar e a higiene sacralizadas, a politização quer de zelotas, quer de herodianos ou cesaristas, etc., etc.

Parecia não encontrar dia próprio para as suas curas mais espectaculares do que o sábado, que este era feito para o homem e não o homem para o sábado, ousava dizer que Deus não queria ser adorado em Jerusalém ou em Garizim mas em espírito e verdade, que se destruíssem o templo ele o reconstruiria em três dias, opunha à pureza legal do fariseu a caridade do samaritano e a humildade do publicano, comia com publicanos e pecadores, desestabilizava enfim todo o «estabelecimento» judaico. Era na verdade como se esse profeta desarmado considerasse que o seu povo, que tanto desprezava e odiava os ídolos pagãos, tivesse feito para seu uso uma idolatria nova do sábado, do templo, da pureza exterior ritual, etc., e que ele, profeta inerme, se propusesse destruir todos esses ídolos, a fim de encontrar lugar para Deus e fundar o Seu Reino. Era bem certo que ele dizia que não vinha destruir a Lei nem os Profetas e que da Lei mosaica não cairia uma letra ou o mais pequeno traço, mas logo acrescentava aos ouvintes que se a sua justiça não ultrapassasse a dos escribas e fariseus não entrariam no Reino e atrevia-se a afrontar o próprio Moisés ao dizer: — Ouvistes que foi dito aos antigos, eu porém vos digo...

Enfim havia bem nas palavras e nos actos de Jesus de Nazaré matéria mais que bastante para um observador neutral que esse

homem era incrível e impossível no mundo que era o seu. E teria razão esse observador...

Sabemos como reagiram os observadores não neutrais. Os Evangelistas contam-nos como aqueles que Lhe queriam bem — Seus familiares e a própria Mãe — procuram-no, logo de princípio, evidentemente com razão, razão humana simplesmente. É que os Evangelistas Marcos e Lucas não deixam de registrar — e nisso parecem pôr empenho — que logo às primeiras pregações de Jesus, escribas e fariseus e a própria turba projectam ou tentam mesmo dar-Lhe a morte pelo despenhamento num precipício ou talvez por lapidação.

Vemos pois que não é anódino o Reino de Deus por aquilo que recusa. A um observador desinteressado Jesus de Nazaré apareceria como um homem livre entre servilismos e calculismos, como um homem universal entre tribalismos, etnicismos e imperialismos, como um homem acima do tempo entre servos do quotidiano, dos tempos e das modas. Tal homem não podia ser deste mundo. E não era, porque estava no mundo mas pertencia já ao Reino de Deus, que veio fundar...

Se agora procuramos atingir o momento positivo do Reino, temos de acompanhar Jesus que sobe ao monte, senta-se, chama para Si os discípulos e fala. O «Sermão da Montanha» será a carta-magna do Reino de Deus e portanto a constituição supra-legal da Igreja. Lei de Cristo, nova Lei? Sim, contanto que o não seja. Toda a virtude da lei, menos o legalismo. Cumprir a lei só porque é lei, obedecer só em razão das sanções legais não é próprio da dignidade do cristão, seria próprio do escravo e não do filho, violaria a liberdade dos filhos de Deus. S. Paulo, ao desenvolver a dialéctica entre a lei e a graça, com tanta profundidade e agudeza, está na linha do «Sermão da Montanha» e faz a sua aplicação moral.

O discernimento cristão deve levar a amar a lei pelo bem da lei e não por motivos legalistas de sanção ou de pecado. *Ama et fac quod vis* — é a aplicação agustiniana da dialéctica paulina da lei e da graça. Como na argumentação do Apóstolo também neste «preceito» de S. Agostinho impera a liberdade cristã da vida em espírito.

Este chamamento permanente do Evangelho traduz-se nas Bem-aventuranças por «sanções» ou prémios que estão manifestamente fora do tempo e do espaço. Mas que é a vida em espírito, para que os Evangelistas sinópticos, S. João e S. Paulo mais eloquente e veemente, chamam, se não o viver já na vida temporal da consciência de que as coisas espirituais são tão reais como as materiais, de

que o homem espiritual é tão objectivo e realista como o homem material, de que uma ideia verdadeira tem tanto de realidade e vale mais do que qualquer objecto concreto. Viver na verdade absoluta é finalmente viver em Deus ou na vida eterna.

As «sanções» do Evangelho, os prémios das Bem-aventuranças colocam-se nesta perspectiva, que deve ser a perspectiva de todo o verdadeiro cristão. É neste sentido e exigência que colocam a Lei Nova, Lei de Cristo, os Padres da Igreja e os grandes teólogos medievais. Estes chegam mesmo a procurar na sabedoria grega, como «pedagogo da Fé», uma certa aproximação e preparação da Lei de Cristo: é a doutrina da *epikeia*, segundo a qual o discernimento da consciência enformada pela Fé pode, em casos concretos, pedir mais ou menos que a lei escrita, porque a lei, como o sábado, também é por causa do homem. É porém de reconhecer que esta doutrina da *epikeia* é omitida, ou pouco menos, nos moralistas e teólogos das Idades moderna e contemporânea. Será que a dialéctica da lei e da graça, a «lei da perfeita liberdade» com que Cristo nos libertou terá ganhado com isso?...

A *epikeia*, como princípio de discernimento moral e fonte de humanismo livre, provém da sabedoria pagã; mas não deixava de ser uma daquelas disciplinas que, no juízo dos Padres e Doutores da Igreja, serviam de introdução à pedagogia da Fé cristã. Hoje, que não só o conceito mas a própria palavra parecem ter quase desaparecido da área da moral e direito teológicos, o salto do crasso legalismo para doutrina da graça e da misericórdia parece mais longo e arriscado, carecendo de ser substituído e traduzido em conceitos mais ou menos equivalentes da cultura moderna, em geral profundamente laicizados.

Não admira que a dialéctica paulina entre a lei e a graça ou a fé, que está entre os fundamentos primeiros do progresso cristão e da evolução ético-democrática, seja tão pouco falada na pregação eclesiástica e até, parece, nas escolas católicas; naturalmente também no discernimento cristão das consciências.

Jesus Cristo «pregou o Reino de Deus, e nasceu... a Igreja» — escreveu Loisy. Verdade mais profunda e salutar não se podia pedir a um hereje, *contra mentem* do seu intencional desprezo. É que a Igreja foi fundada e pregada como núcleo do Reino de Deus neste mundo; como tal tem de permanecer e ser pregada. Foi esta a missão que Cristo lhe confiou, na pessoa dos Apóstolos: que pregassem o

Evangelho a todos e Lhe fizessem discípulos de entre todos os povos da terra.

Por este contraste entre Apóstolos e futuros discípulos e visto que na linguagem actual quase se não fala senão em apóstolos e apóstolado (se é que agora se não prefere militantes e militância, pensando talvez tomar uma palavra aos adversários, quando eles é que a tinham tomado de nós, Igreja militante) seria bem caso de perguntar onde e quando terá lugar o discipulado de Cristo ou se tal é apenas o caso de crianças... Jesus *coepit facere et docere*; e em confronto com o Messias não quis que ninguém (palavra dita aos Apóstolos mesmos) se chamasse Mestre ou Doutor. Nessa escola todos somos discípulos, mesmo os Bispos, ou «condiscípulos» dos mais fiéis, como preferia dizer S. Agostinho.

Jesus, o Mestre ensinava em parábolas; e dificilmente se fazia compreender, mesmo dos Apóstolos e discípulos. Poderíamos dizer que hoje a grande parábola são os vinte séculos de história cristã. Não falta quem entenda essa parábola ao revés; nunca serão bastantes aqueles que a entendem bastante bem, já que em rigor nenhum simples homem a poderá entender plenamente. Mistério de Cristo, mistério do Reino, mistério da Igreja! Mas sem dúvida devemos hoje entender mais do que os primeiros discípulos, à espera ansiosa da próxima *parousia*. Mas toda a inteligência do mistério da Igreja e do Reino tem de reportar-se, sempre de novo e mais proximamente ao mistério de Cristo; e o mistério de Cristo, aos actos e palavras de Jesus de Nazaré.

Devemos começar por reconhecer que se não fôra o anúncio e cominações radicais de João o Precursor, as reacções coevas, quer de adversários quer de sequazes mais nos levariam a falar, não do mistério de Cristo mas do milagre quotidiano e inacreditável de cada hora de vida desse Jesus de Nazaré. Mas hoje, apesar do anúncio de João, dos vinte séculos da Igreja e de toda a doutrina teândrica do mistério de Cristo, ainda pode compreender-se e ter evidentes vantagens recorrer aos actos e palavras de Jesus de Nazaré. É que, se desde Calcedónia a Igreja confessa a Jesus como perfeito homem mas assumido em união hipostática pelo Verbo de Deus, Ele continua a ser para os nossos contemporâneos, como foi para os Seus, um *Deus absconditus*, que só a fé pode revelar àqueles a quem é concedida essa graça maior. Assim e na mesma lógica de mistério poderemos afirmar que a Igreja ou o Reino de Deus é *Christus abscon-*

*ditus*, à espera do *intellectus quaerens fidem*, da inteligência do homem que põe da sua parte as disposições para merecer a graça da fé.

A Igreja tem pois de pregar o que Jesus pregou, tomando-o a Ele não só como Mestre mas também como Modelo. O Reino de Deus não tem de colidir com os «reinos» do homem, porque os supera, passa-lhes por cima sem necessidade de choque. A Lei nova, promovendo a liberdade dos filhos de Deus, vai a caminho da civilização do Amor, em que as leis quer civis quer religiosas são queridas pelo próprio bem da lei e como princípio da paz e liberdade, enquanto o forem, e não por legalismo ou por atenção às sanções.

Promovendo os direitos da consciência dos filhos de Deus e cultivando a dignidade da pessoa humana na «cidade» do mesmo Deus, a Igreja serve a liberdade superior do homem apontando-lhe aquilo que poderíamos chamar o ponto ómega do seu progresso que é a Redenção por Cristo. Assim sendo, o culto da liberdade do nosso tempo não tem nada de essencial a ensinar à Igreja; só que ela oferece-lhe a única fundamentação sólida e de progresso contínuo e indefinido. A liberdade é sem dúvida um bem e um direito, inerente à pessoa humana, mas é antes uma obrigação da consciência e uma virtude a cultivar e virtude difícil e às vezes heróica, que pode levar ao caminho do Calvário.

Saúda-se hoje a democracia como o triunfo da liberdade. Sim, pode e deve sê-lo; mas não é certo automaticamente que o seja. Rousseau, o grande corifeu do liberalismo, dizia que não acreditava na democracia porque esta só era possível numa «república de anjos».

Grande verdade, ao limite! Aliás outros grandes sequazes do liberalismo e individualismo pensam o mesmo e se exprimem quase da mesma maneira; basta-nos, a nós portugueses, pensar em Alexandre Herculano.

Estranha-se por vezes que S. Tomás, bem como outros medievais, se ocupem tão longamente de angelologia, pois dos anjos de Deus nada mais podemos saber do que aquilo que lemos na Sagrada Escritura. A razão principal parece ser que o Doutor Angélico encontra no tratado dos puros espíritos ocasião de desenvolver doutrina sobre o espírito, a vida em espírito e seus postulados nos domínios do amor, da liberdade e da paz.

Tal se deve entender hoje na educação da liberdade e na realização da democracia. Grandes liberais confessavam não acreditar na democracia; hoje nenhum se atreveria a dizê-lo, qualquer que seja a sinceridade ou a hipocrisia com que a palavra se empregue.

Se pois, sem angelismos ingénuos, se deve reconhecer que a liberdade do povo é educável, nem por isso se deve concluir que a democracia política seja, só por si, varinha de condão para efeito imediato e automático; nem, por outro lado, se deve pedir ou atribuir à democracia aquilo que não lhe compete. E certamente não compete à democracia política definir o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto.

Apologistas e adversários da democracia parlamentar permitem-se, por seu turno, talvez atribuir ao parlamento esse direito ou interpretar nesse sentido as suas votações e julgá-los por esse critério. Ora a democracia política é uma forma de governo; e não é mais que isso. Governo do povo, pelo povo, para o povo — dizem os seus radicais apologistas. Para isso e para a paz pública não se tem encontrado melhor princípio do que o direito das maiorias, com respeito evidentemente dos direitos de oposição das minorias. Dar às maiorias o direito de definir o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o justo e o injusto, seria o dogmatismo político, o absolutismo do Estado na sua pior expressão; mas erro não menor e não menos pernicioso seria atribuir, para bem ou para mal, esse carácter dogmático e absoluto às decisões dos órgãos do Estado. Legislar de harmonia com o parecer da maioria, sem violar os direitos igualmente políticos, das minorias, é direito político nem iníquo nem lesivo da democracia. Todo o problema está em saber se há bastante representação popular ou autêntica representatividade institucional para esse efeito; mas isso é outra questão, que exige leitura própria.

Claro está que num determinado corpo político todos, maiorias e minorias, devem procurar o verdadeiro, o bom e o justo; mas que qualquer grupo político ou institucional queira impor aos outros, sobretudo às maiorias, por meios políticos, o seu próprio conceito é dogmatismo político, que só pode conduzir à dissidência no corpo social e finalmente à guerra civil. Certamente o cidadão pode recusar-se a cumprir uma disposição que em sua consciência considera gravemente lesiva da moral objectiva ou dos direitos fundamentais do homem; mas tal objecção de consciência só deve pôr-se contra uma lei preceptiva ou proibitiva que a consciência pessoal considere clara e gravemente injusta, segundo o juízo de S. Tomás de que «a lei injusta não é lei, mas antes corrupção da lei». E tal objecção não dispensa de cumprir as disposições administrativas ou judiciais alternativamente estabelecidas, se for o caso. É certo que na mesma linha, mas muito longe, está o direito de resistência (colectiva) à

tiranias, tão cuidadosamente estudado pelos teólogos medievais, para o seu tempo. E pena é que não seja estudado para o nosso tempo, que desse estudo tanto carece em certas populações católicas, sobretudo depois que o nosso Concílio estabeleceu o princípio e condições do recurso a esse direito.

### Jesus de Nazaré — Homem universal

Digamos, em segundo lugar, deve pregar o Reino de Deus, sob o ensinamento e modelo do homem universal, que se nos oferece em Jesus de Nazaré. Já histórica e fenomenologicamente, antes de qualquer posição teológica, Ele nos aparece como homem aberto ao humano onde e como quer que ele se encontre. A Igreja adoptou muito cedo, ao menos desde o segundo século, o nome de «católica»: universal portanto, não deve conhecer limitações que não sejam as do divino e do humano. Tudo o que é bom, sábio e justo vem do Espírito Santo, é portanto nosso, como sentiam e diziam certos Padres da Igreja.

Quebrando as amarras do particularismo zelotista e farisaico — sábado, templo, limpeza legal, moisaísmo «tradicionalista» etc. — Jesus Cristo teve de subir ao Calvário; mas a Cruz abriu os braços ao mundo e o homem universal é hoje, se não ainda uma realidade concreta, ao menos uma aspiração geral, sincera, interessada ou hipócrita que ela seja (que a hipocrisia é uma homenagem à virtude).

Desta aspiração ao homem universal tivemos no nosso tempo o exemplo mais flagrante, que abalou a história do nosso século e continua encerrando sob vários aspectos a incógnita do futuro. O marxismo, no seu cariz mais sedutor e perigosamente utópico (no seu idealismo materialista) procede da ideologia do homem universal. Suprimindo a propriedade particular eliminaria a ocasião do egoísmo: com a supressão do capital faria desaparecer do mundo os sete pecados mortais e implantaria as virtudes contrárias, por força da própria dialéctica de idealismo materialista. A partir daqui postula-se uma teoria da solidariedade humana que só encontra semelhante na doutrina do corpo místico de Cristo. Marx chega a proclamar que, pelo comunismo cada indivíduo se identificaria com o seu género, cada homem assumiria em si a espécie humana. O individualismo próprio do seu século seria afogado na própria hipérbole: já não haveria homens, haveria a Humanidade! É fácil prever as con-

seqüências deste corpo místico por força de lei e pelo caminho da revolução total...

Sabemos que a revolução bolchevique e o seu leninismo-estalinismo ocasionaram reacções de sinal contrário mas em vários aspectos da mesma ordem, como réplica que eram, nos países europeus de velha civilização e de certa prática democrática. E foi o totalitarismo em quase toda a Europa.

Destes países ocidentais os de maior radicalidade totalitária adoptaram oficialmente, além da linguagem e dos actos, uma simbólica pré-cristã e portanto, no caso, anti-cristã — os *fasces* do litor ou a cruz swástica — mas aqueles mesmos que não tiveram tal ousadia provocatória, não deixavam de exaltar o direito, o império e outros valores da romanidade, mesmo naqueles aspectos contra os quais a Igreja teve de lutar em três séculos de martírio. E devemos reconhecer que muitos católicos e mesmo bastantes membros da Hierarquia se deixavam atrair por isto em ódio ou por medo àquilo. Lamentável opção, que devia servir de escarmenta para todos os tempos: perder o discernimento cristão a ponto de dar maior ou menor favor a positivismo pagãos e anti-cristãos por medo e ódio a um negativismo dos sem-Deus nem religião que combatiam o cristianismo porque no fundo das coisas queriam dar-lhe uma réplica mais radical e ao menos em vários aspectos ser seu sucedâneo! Por amor da tranquilidade na «ordem» desamar a ordem essencial dos valores...

Combater o totalitarismo comunista? Sim, mas não com outro totalitarismo: *hoc debebas facere et illud non omittere...* E no entanto é bem de rezear que a lição não tenha sido bem aproveitada. Há ainda muitos católicos e até membros da Hierarquia que, usando e talvez abusando dos direitos que a democracia lhes reconhece, vão pensando em quando chegará o «bom senhor» que nos governe. E condenando os erros, disparates e crimes que a liberdade ocasiona, o que em si é legítimo e justo, esperam apressar com essa condenação a chegada dum «bom governo» que seja «nosso» e tire a liberdade aos outros, a todos os «maus».

O cisma econiano é sumamente deplorável na sua doutrina e práticas e até pelos méritos anteriores dos que até essa ruptura chegaram, a começar pelo seu primeiro promotor. Foi porém um tumor que rebentou; e pode bem ser que proporcione melhor saúde ao corpo social. Mas não haverá no segredo de certas almas tumores equivalentes, que só não se manifestam porque «ofender o Papa, isso nunca»? Não podemos esquecer que o «*Coetus internationalis*

*Patrum*», de que Mons. Lefebvre era a alma, a funcionar durante o Concílio e à sua margem, tinha bastantes assistentes devotos; e nem todos se terão intimamente convertido, antes poderão encontrar em vários desvios bem lamentáveis posteriores ao Concílio motivo para se dizerem: «como nós tínhamos razão»!

### Jesus de Nazaré — Homem acima dos tempos

Em terceiro lugar deve pregar o Reino de Deus sob o ensinamento e modelo de Jesus, que mesmo histórica e fenomenologicamente aparece como homem acima do seu tempo. Jesus de Nazaré nasce na plenitude dos tempos, isto é, num tempo que de algum modo resume e actualiza todos os anteriores e se projeta no futuro como sua antecipação.

Quando os Apóstolos perguntam se chegou agora o tempo de restaurar «o reino de Israel», Jesus responde que não lhes compete conhecer «os tempos e momentos que o Pai pôs sob o Seu poder», mas sim serem em toda a parte testemunhas Suas, isto é, deviam pôr o Reino de Deus acima do tempo. De harmonia com isso, S. Pedro dirá aos que urgiam o fim dos tempos que mil anos para com Deus são como o dia de ontem que já passou. A última palavra da Revelação é — «Vem, Senhor Jesus»: a Escritura deixa em aberto e como aspiração cristã a autocomunicação de Deus que se realiza a cada momento mas cuja realização em plenitude será o fim da História.

Assim pois como o Verbo de Deus, assumindo uma natureza humana colocou, para além da fenomenologia duma vida breve, a Natureza humana fora da História numa existência perene, assim também a Igreja, pregando o Reino de Deus — agora propriamente Reino de Cristo — deve situar o cristão no tempo, bem no seu tempo, mas na perspectiva duma permanente abertura ao futuro, como vivendo pelo espírito acima do tempo, como homem entre séculos sempre à espera de Jesus que vem *tamquam fur*, nos acontecimentos do quotidiano e na consumação da vida humana quer individual quer total. *Per omnia saecula saeculorum*, costumava rezar a Igreja no fim de cada oração ao invocar a mediação de Cristo.

Neste sentimento o cristão viverá no seu tempo sem medo ao futuro — esse medo metapsicológico, de consciência abissal, cósmico, que tem sido e continua a ser o grande factor negativo da história. Assim o cristão não irá para a frente às arrecuas, não cairá

no futuro como num abismo, por outras palavras, não perderá o comboio da história.

São inúmeros, *a contrario sensu*, quer na história eclesiástica quer na civil, os factos e processos em que os actores, comparsas e vítimas da história não acompanhavam o curso desta e por falta de resposta adequada aos acontecimentos levaram a Igreja e a Sociedade a sofrer graves perdas ou mesmo a cair em desastres, dramas e tragédias. Lembremos apenas um facto desta natureza que, sem ser dos maiores, é bastante significativo e tem bastante actualidade. Queremos referir-nos àqueles ramos ou «obediências» da maçonaria que porventura mantêm ainda o anti-catolicismo, talvez sob a designação de anticlericalismo, e sobretudo àqueles dentre os católicos ou mesmo da Hierarquia que consideram oportuno combater a maçonaria por motivos religiosos. Manifestamente os primeiros perderam o comboio da história e os segundos vão-lhes atrás.

O novo Código de direito canónico, correspondendo aos desejos e atitudes de muitos Bispos, quer individualmente quer em Conferência, deixou de mencionar a maçonaria entre as associações e sociedades proibidas aos católicos; portanto no novo Código, ao contrário do anterior, cada caso é um caso e deve como tal ser tratado. Deixou pois a maçonaria de ser um problema de fé cristã; talvez possa e deva ser um problema de moral social, também cristão, na medida em que a esta não é estranha a solidariedade humana, a equidade entre cidadãos, o civismo e poderíamos ainda dizer a democracia. Diremos pois que o problema continua a ser o de sociedade secreta: o secretismo e suas implicações deixaram de ter justificação, se e quando mesmo no passado tiveram algumas possibilidades de explicação histórica (não dizemos justificação).

Na verdade, a maçonaria moderna, segundo as melhores opiniões, nasceu em Londres, no princípio do século XVIII. Os seus propósitos confessados mais ou menos claramente eram, dentro da teoria da balança do poder (favorável à Inglaterra), combater os Bourbons, o absolutismo monárquico, os reis de direito divino, incluindo evidentemente o «papa-rei» e promover o lema da «Liberdade, Igualdade e Fraternidade», mais ou menos em mística, mais ou menos em revolução. Compreende-se que, quando viessem ou se estabelecessem no continente latino, se julgassem na necessidade e considerassem ser seu direito ocultar a sua pertença e actividades maçónicas.

Aqueles objectivos da maçonaria estavam manifestamente no sentido da história. Foi essa a sua grande força, embora seguramente não fosse ela a origem da história e outros já tivessem sofrido mais pelo seu movimento. Porém hoje, obtidos aqueles objectivos, que razões pode haver para o secretismo? Quando tudo aquilo se pode pregar «sobre os telhados» ou por satélite, para que esconder-se nas «alfurjas» (segundo a linguagem que bem devia pertencer ao passado)?...

Não é ocasião de tratar do problema moral duma sociedade secreta; mas creio bem que ele deve ser visto à luz da solidariedade humana, da convivência civil e da lealdade para com todos os concidadãos do bem entendido civismo ou da «transparência» civil e social; numa só palavra, da democracia sã ou, no caso de ser necessário, de «mais e melhor democracia», como dizia Pio XII.

Podemos encerrar esta breve análise com a palavra do Evangelho: quem ama a verdade vem para a luz. Ao contrário quem foge à luz é que alguma coisa tem a ocultar; ao menos assim se pode presumir. A inter-ajuda a favor de «irmãos» há-de naturalmente resultar em desfavor para os não-irmãos.

### Igreja e sociedade civil e política

Em quarto e último lugar seja-me lícito dizer algumas palavras sobre a Igreja nas suas relações com a Sociedade e o Estado. Aqui ainda deve ela pregar e agir como o seu Mestre e Modelo.

Jesus conhece as condições do seu povo submetido e do seu país ocupado, conhece o domínio do império romano e os seus representantes, acata as leis e ordens administrativas, mas o Reino de Deus é outra coisa. Não está específica e concretamente contra nem lhe passa a lado, passa por cima — «o meu Reino não é deste o mundo», embora seja para este mundo, em começo. «Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» — o que na espécie significava criar um espaço para Deus, sem preocupar-se com a divinização ou apoteose dos Césares. Aos Apóstolos diz apenas, em relação com os potentados deste mundo: *Vos autem non sic*.

Hoje os princípios devem ser os mesmos, embora a sua aplicação encontre um mundo religiosamente outro. Os canonistas no passado professavam e insistiam na essência da Igreja como Sociedade perfeita e completa; e não faltava quem entendesse tal perfeição sob a imagem ou à maneira do Estado político. Entre os ângu-

los sempre mais ou menos metafóricos sob os quais se pode abordar o mistério da Igreja, o Concílio do nosso tempo oficializou e de alguma forma privilegiou o de «Povo de Deus». Quão longe nos coloca esta imagem da que formavam certos canonistas e teólogos como o grande cardeal Belarmino, o qual, para tornar sensível a visibilidade da Igreja, não acha inconveniente afirmar que ela é «tão visível e palpável como a Comunidade do povo romano ou o Reino de França ou a República de Veneza»! Como seria fácil assim compreender o «mistério» duma Igreja de Cristo, «visível e palpável»!...

A história do restauro e actualização do conceito da Igreja como «Povo de Deus» é bem digna dum momento de atenção, não apenas como história em si, mas à maneira de exemplo de como o Espírito de Cristo conduz a Sua Igreja e de alguma forma como premonitório para todos nós. No Concílio Vaticano II houve alguns que acompanhando o teólogo Franzelin, gostariam de referir a Igreja como «corpo místico de Cristo». Objectou-se que isso sabia a protestantismo; e o projecto não teve seguimento. Pelo início dos anos 40 do século actual, em certos meios teológicos sobretudo da Alemanha e da Bélgica, desenvolveu-se o interesse pela imagem da Igreja como novo povo eleito, como povo de Deus.

Esta imagem-conceito de raiz bíblica e tradição patrística, passou a ser objecto de discussão e controvérsia nos meios especializados. Entretanto Pio XII faz publicar a encíclica *Mystici Corporis* (1943) que, com intenção ou sem ela, privilegia a doutrina do Corpo místico como que com exclusividade e não menciona nem mesmo de passagem a doutrina do povo de Deus, que estava na actualidade teológica.

Quando no Concílio Vaticano II este assunto veio a discussão, houve quem se opusesse tenazmente à «nova» imagem, argumentando precisamente com a de Corpo Místico, que agora (!) bastava. Mas a maioria quase unânime do Concílio votou a constituição dogmática *Lumen Gentium*. Com o seu n.º 8 sobre o «Povo de Deus», imagem-conceito sem o qual, cumulativamente com os outros, de futuro não se poderá definir a Igreja. Por isso o Livro II do novo Código de direito canónico se intitula simplesmente *De populo Dei*... Como o Espírito de Deus conduz a Igreja, com os homens mas apesar deles, apesar da sua «mentalidade»!

Uma coisa é, com efeito, a mentalidade, a mundividência (ou Weltanschauung), a imagística, a ideologia, a apetência intelectual,

emotiva ou moral; outra coisa é a dogmática, a definição doutrinal, a gnoseologia...

Entre nós, portugueses, está feita a «história duma mentalidade», em relação aos tempos recentes, sob a tónica sociológica. É hoje quase incrível como se fazia o discurso chamado social nos círculos e associações católicos, uns cem anos atrás, à base sempre do «bom operário». Em sermões, conferências e artigos da Imprensa católica, à responsabilidade dos autores mais responsáveis, até da ordem episcopal, é dominante a tónica da exortação ao «bom operário». Tal operário é laborioso, respeitador, poupado, bom chefe de família, não frequenta tabernas nem se deixa embair pelos cantos de sereia do socialismo. As exortações à paz e ao bem da sociedade dirigem-se só ou quase só ao operário. O patrão parecia ser um dado da própria natureza, tão natural e imóvel como os rochedos sobre a terra ou o sol no firmamento do céu. E nem falemos dos autores, esses nem sempre católicos ou em todo o caso mais liberais cristãos, para quem os empresários eram os «sacerdotes do progresso» e a busca do lucro egoísta melhor serviço prestava à sociedade e finalmente ao próprio operário do que o altruísmo ou a caridade.

Assim era no século passado e ainda no princípio do presente. Hoje tudo mudou, em largos sectores sócio-católicos: o discurso social deixa de dirigir-se ao «bom operário» para se dirigir ao patrão ou empresário para exigir que seja «bom». O operário agora também parece ser um dado da natureza, ao qual não há que falar de moral ou direito, porque ele é tão natural e imóvel como o rochedo na serra ou o sol no espaço. Poderá entender-se que o bem e o mal que outrora vinham do operário, agora vem do patrão ou do patronato, do empresário ou da empresa.

E nem todos dirão, como o velho Er, o arménio de Platão que, em tudo isto, «Deus é inocente»... Os operários esses é que, no fundo das suas consciências, não se consideram inocentes na crise de que agora são vítimas: eles recordam o que disseram e fizeram por si próprios, o que disseram e fizeram aqueles por quem se deixavam representar ou ao menos ouviram o que diziam e faziam aqueles que proclamavam falar em seu nome. Ajudá-los, sim, e com mais generosa caridade (parece que agora é preciso evitar esta palavra e falar de «espírito de partilha»!) mas não os tratar como criancinhas inocentes nem fazer de conta que se ignora a sua quota-parte na crise. De entre as consequências disto a mais grave será que tal «estratégia» põe em questão a sinceridade e portanto a credibilidade dos homens

da Igreja, mesmo nos domínios da fé e da moral. Quando se fala pois aos operários desempregados — o que não é bem o mesmo que falar aos pobres, nem deve parecer que o homem da Igreja prefere os pobres «úteis» — não se deverá fazer de conta que se ignora a história recente o que afinal seria desprezar os operários por julgá-los incapazes da verdade.

Como seria bom, a partir da lição dos factos pregar a velha doutrina social da Igreja (parece que bastante olvidada) da empresa como comunidade livre de trabalho em que operários, quadros técnicos, gerentes e patrões ou Estado-patrão, defendendo cada um os seus legítimos interesses, se considera no entanto solidário no bem da empresa, que é o bem de todos. E todos reconhecerão que a empresa, sendo parte do bem colectivo e para o poder ser, deve ter lucros que lhe permitam, além da remuneração do trabalho de cada um, amortizar débitos e equipamentos, actualizar máquinas e instrumentos de trabalho, acompanhar o desenvolvimento tecnológico e, se possível, avançar para novos empreendimentos. O empresário que tivesse de se limitar ou se limitasse realmente a pensar só em manter os postos de trabalho levaria a empresa à ruína, com perda para todos. O imobilismo do trabalho, tanto como o imobilismo do empreendimento, são a paragem do progresso, o envelhecimento e finalmente a morte.

Tenho a impressão, com franqueza, de que em certos sectores temos estado a sul-americanizar os problemas europeus. Compreendo a enormidade dos problemas postos à América Central e Meridional por estruturas coloniais, não só conservadas mas interiorizadas, o que é pior, pela mescla de raças e respectivas culturas que radicam na pré-história, isto é, pelo que em muitos casos podíamos chamar a saída do neolítico e queda no nuclear.

Compreendo a grandeza desses problemas, considero-me incompetente para os tratar e tenho o melhor respeito por aqueles que *in loco* se esforçam por encontrar soluções. Transferir porém para a Europa esses problemas, como se fossem os nossos, oferecer-nos uma «teologia da libertação» ou «da revolução» como se fosse original teologia sul-americana ou tercio-mundista, teologia de trazer por casa geo-estratégica (o que geralmente é devolver através do Atlântico aquilo que aqui funcionou há mais ou menos um século e que alguns vieram mesmo buscar às Faculdades europeias).

A caridade política é nos tempos actuais a melhor forma de caridade, dizem-nos do lado de lá. Sim, também na Europa, depois

da derrocada do império romano, passamos mil anos a praticar essa caridade, com evidentes benefícios para os povos, com vantagens e desvantagens para a Igreja. Hoje já levamos mais de metade desse tempo a abdicar dessa missão supletória ou a ser hostilmente expulsos dessa área do poder. E quanto nos afastamos dessa área tanto mais nos sentimos próximos do Evangelho. É que Jesus de Nazaré não parece ter pisado muito essa área senão como Mestre para dizer aos Apóstolos: *vos autem non sic*; ou, como Vítima, a Pilatos: — o Meu Reino não é deste mundo.

O diálogo da Igreja com o Poder civil tem hoje condições diferentes; mas parece que os princípios, como tais, valem para sempre. Jesus falava às turbas, mais particularmente aos que o seguiam como discípulos e mais intimamente aos que escolheu como Apóstolos.

Parece que a Igreja deve, hoje, falar aos fiéis e a todas as pessoas de boa vontade, aí formar um verdadeiro discipulado de Cristo e a partir deste escolher o apostolado. Com os homens do Poder político terá algumas vezes que falar, mas não para lhes ensinar ciência ou arte política nem dando a impressão de que, homens da Igreja, saberiam solucionar os problemas do Estado melhor do que os profissionais da administração ou da política. Com isso não ganharia a Igreja nem decerto o Estado. Já passou o tempo em que os primeiros ministros deviam cobrir-se da púrpura cardinalícia ou, na falta desta, da cruz episcopal.

Pregar a doutrina político-social da Igreja é outra coisa; e muito diferente. Pregar, prega-se ao povo, que ouçam ou não os servidores do Estado. E, em tempos de democracia, se realmente o for, «o povo é quem mais ordena». O valor da Instituição Eclesiástica para o bem comum mede-se pela validade dos cristãos no longo curso do tempo. Pensar nos efeitos imediatos ou próximos da acção do Clero ou Laicado é esquecer o «fracasso» da Cruz de Cristo. Falar publicamente aos homens de Estado, em regime de laicidade para lhes dizer em concreto *hic et nunc* o que devem fazer ou não fazer exigiria pelo menos que se depusessem as vestes sagradas para se assumirem as insígnias do Poder político.

A tensão entre Cristo e o mundo, que se traduz e deve sempre traduzir-se pela tensão entre a Igreja e a sociedade, da qual a tensão Igreja-Estado é parte integrante essencial, não necessariamente conflituosa, essas tensões não podem saldarse pela vitória total e exclusiva de uma das partes, a não ser na consumação dos tempos.

## «Pro domo mea»

Devo neste ponto e para finalizar pedir licença para fazer uma confidência que diz respeito ao meu comportamento pessoal de outrora. Não faltará quem pense e alguns dirão que fui eu que abri este caminho de afrontamento do homem da Igreja com o homem do Poder. Isso não é verdade: a verdade é diametralmente o contrário. Embora estivéssemos sob uma autocracia nunca denunciei publicamente a falta de legitimidade do autocrata. Nunca exigi que ele fosse católico nem que procedesse como católico. Ele, sim, declarava-se católico, dizia conhecer a doutrina da Igreja tão bem ou melhor que os bispos, avançando até por vezes que estava a aplicá-la e a defender a Igreja de certas imprudências dos seus. Nunca me dirigi pessoalmente ao autocrata, fora dos cumprimentos protocolares; ele é que se dirigiu a mim, por interposta pessoa do sexo feminino, que se fez acompanhar de alguns católicos da minha Diocese.

Mas fala-se duma certa «carta aberta» que eu teria dirigido ao Presidente do Conselho. Aquilo a que se referem das minhas relações com o homem do Poder não está no princípio mas no fim do processo e não é documento «aberto»; o destinatário é que o abriu, dando cópia a todos os ministros e naturalmente às pessoas do seu círculo íntimo. Um dos seus ministros foi atraído no seu meio familiar; e de aí nasceu uma fonte de larga difusão. Outra fonte proveio de uma das pouquíssimas pessoas a quem confiei, sob segredo, um exemplar; e esse não faltou à confidência, mas foi também atraído por um amigo.

Trata-se, como no próprio texto se diz, dum *pro-memória* para uma entrevista que o autocrata me fizera oferecer, em troca da «exigência» de participar numa farsa de eleição, na realidade um plebiscito, do qual eu aliás estava livre por ausência de serviço no estrangeiro. Nessa entrevista, diziam-me os intermediários, podia expor as razões pelas quais não queria legitimar a autocracia nem sancionar favoravelmente as doutrinas e certas manifestações públicas do autocrata.

O que se seguiu à difusão do memorial, por ele em parte feita e na outra parte permitida e favorecida pela polícia política mostra bem o que valeriam as minhas razões perante o seu habitual «deixar falar» quem nada entende de «isto». Por essa razão escrevi; e, apesar de tudo o que se seguiu, não me arrependo. Mas não fiz «carta aberta», não desejei nem promovi a sua difusão, para além do que

no texto se diz; nem sequer até hoje autorizei ou autentiquei qualquer dos folhetos que por aí circulam com esse nome de «carta aberta».

Em conclusão, creio não ter aberto o caminho a qualquer pregação ao Estado laico nem ao afrontamento com os representantes eleitos pelo povo. Pregar ao povo, sim, afrontar os erros, vícios, omissões e cobardias, muito bem: ao povo cristão e pessoas de boa vontade. E que nos ouça quem quiser ouvir-nos ou quem tiver ouvidos de ouvir...

Com isto nada quero dizer contra o diálogo da Igreja com a Autoridade civil em matérias de interesse comum, bem como nas relações protocolares ou pessoais. A Igreja, embora tenha de viver sempre em tensão com o espírito do mundo, como Jesus, na ânsia do mundo melhor, em ordem ao futuro absoluto do homem, que é Deus, a Igreja pode manter e procura manter relações normais com os homens que têm a responsabilidade deste mundo como ele é: Viver em tensão significa a mais alta forma de colaboração, já que o Reino de Deus, sendo agora Reino de Cristo, Verbo encarnado para a eternidade, é também Reino do Homem transcendente ao tempo e ao espaço.

De resto este incidente, ocasionado, promovido e dirigido até ao fim pela autocracia reinante, não foi de geração espontânea. O homem do Poder há anos vinha vigiando atentamente a minha doutrinação, bem como a de certos *padres* diocesanos; e já me tinha feito saber, por via eclesiástica (!) que não estava contente com isso. No entanto nunca me arguíram de afastar-me da doutrina da Igreja; e lembro mesmo que da Cúria vaticana alguém me disse: — Bem sabemos que isso é doutrina da Igreja; mas se, de um lado e de outro sabemos isso, para que estar a pregá-lo?!

Creio bem que nesta matéria, que eu sabia perigosa, nunca me afastei do direito da Igreja, que no Concílio veio a ser posto nestes termos que me permito transcrever: — É justo que a Igreja possa por toda a parte e em todos os tempos pregar a fé com autêntica liberdade, *ensinar a sua doutrina* sobre a sociedade, realizar sem travas a *sua missão entre os homens*, formular um *juízo moral* mesmo sobre *as matérias que tocam o domínio político*, quando *os direitos fundamentais da pessoa* ou a salvação das almas o exigem. (G.S., 76). Demais penso que aquilo que na missão episcopal é um direito deve geralmente constituir um dever pastoral. «Os bispos gozam duma liberdade e duma independência, que são por si mesmas plenas e perfeitadas em face de todo o poder civil (C.D., 19).

Só me resta pedir perdão de não ter podido ser mais breve e do tom talvez bastante pessoal da *oratio pro domo* com que finalizo, que pode ser a razão de certa actualidade de algumas considerações anteriores.

† ANTÓNIO FERREIRA GOMES

Com este estudo sobre a problemática da imortalidade na «Summa Theologica», de S. Tomás de Aquino, fica-se aquém do anunciado no título, mas pretende-se também ir além. Não seria necessário prevenir que se fica aquém, pois, para lá de outras razões, é próprio do homem o alcançado nunca realizar a intenção: Lacan diria que o desejo passa sempre ao lado do seu objecto. Por outro lado, pretende-se ir além, pois não se quer repetir pura e simplesmente S. Tomás. Partindo embora dos seus pressupostos, será necessário confrontá-lo com a modernidade. A uma leitura meramente repetitiva deseja contrapor-se uma leitura hermenêutica, que tenha no seu horizonte também o princípio de que, como afirma Cl. Geffré, «o valor de uma antropologia verifica-se no modo como dá conta dessa situação-limite que é a morte»<sup>1</sup>.

#### I. A morte como «ubi» da (in)inteligibilidade da totalidade

No século XX, deu-se uma verdadeira «revolução cosmológica». Os conhecimentos alargam-se de modo vertiginoso, não apenas no sentido do infinitamente pequeno, mas também do infinitamente grande. A partir de 1923, descobre-se a existência de outras galáxias, de que já se referenciam muitas centenas de milhões, cada uma com milhares de milhões de estrelas. Através de instrumentos aperfeiçoadíssimos, deram entrada no campo dos nossos conhecimentos objectos estranhos, como os quasars (1963), os pulsars (1968), depois, os «buracos negros»... Em 1930, as observações do astrónomo americano E. Hubble sobre a deslocação para o vermelho dos espectros galáxicos punham em marcha a cosmologia expansionista. No ano seguinte, o cónego belga G. Lemaitre formulava o primeiro modelo

---

NOTA: Este texto é tomado, com leves alterações, do livro em preparação *Cartas ao Papa sobre alguns problemas do nosso Tempo Eclesial*.

<sup>1</sup> C. GEFFRÉ, *La mort comme nécessité et comme liberté*, in *La Vie Spirituelle* 108 (1963) 267.